

SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES E TENDÊNCIAS DAS PESQUISAS EMPÍRICAS

Fábio Alexandre Ferreira Gusmão¹

RESUMO

O estudo teve como objetivo avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas que versam sobre os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, cujo método de investigação foi a revisão da literatura. Como resultado, o estudo demonstrou que os critérios de seleção adotados possibilitaram identificar as pesquisas empíricas mais relevantes para o campo da avaliação educacional. Conclui-se que as pesquisas empíricas sobre os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar são insuficientes e dispersas. Ademais, não existem estudos sistemáticos para verificar se os objetivos desses sistemas e programas de avaliação foram alcançados.

Palavras-Chave: Avaliação da educação; Avaliação da educação básica; Sistema nacional de avaliação da educação básica.

ABSTRACT

The study aimed to evaluate the main implications identified in empirical research that deal with state systems of evaluating school performance. This is a research with a qualitative approach, whose investigation method was the literature review. As a result, the study demonstrated that the selection criteria adopted made it possible to identify the most relevant empirical research for the field of educational evaluation. It is concluded that empirical research on state systems for evaluating school performance is insufficient and scattered. Furthermore, there are no systematic studies to verify whether the objectives of these assessment systems and programs have been achieved.

Keywords: Education evaluation; Evaluation of basic education; National basic education evaluation system.

¹ Doutor em Educação. Mestre em Psicologia da Educação. MBA em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva. Especialista em Supervisão, Orientação, Gestão da Educação Básica e Inspeção Escolar. Licenciatura em Ciências Biológicas. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas da Universidade Tiradentes. E-mail: fa_bio_gus@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-3363-6956>

1 INTRODUÇÃO

A política pública de avaliação educacional no Brasil tem como objetivo definir prioridades para a melhoria da qualidade do ensino. Essa finalidade está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 que assegura um processo nacional de avaliação do rendimento escolar na educação básica. Atualmente é regulamentada pelo decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018 que integra o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (BRASIL, 2018).

Ademais versa sobre a responsabilidade dos estados na avaliação dos seus próprios sistemas de ensino; e estabelece que a União, em colaboração com os sistemas de ensino dos estados, tem a responsabilidade de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar na educação básica, com o propósito de definir e melhorar a qualidade do ensino, bem como coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação escolar (BRASIL, 1996).

A justificativa para um estudo dessa natureza se pauta na necessidade do exame das pesquisas empíricas desenvolvidas no campo da avaliação educacional, realizadas para avaliar os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar. Isso porque as avaliações em larga escala, realizadas pelos estados, proporcionam o acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação de plano ou projeto, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação do seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos e a aplicação adequada das ações e competências prevista e necessárias, em relação aos resultados pretendidos.

Todavia antes de adentrar no objetivo do artigo é imprescindível discutir acerca das principais pesquisas empíricas desenvolvidas em torno do campo da avaliação educacional que incorporaram novas teorias, processos e métodos que propiciaram a criação de modelos explicativos que buscam compreender os processos educativos associados ao rendimento escolar dos estudantes verificado pelo Saeb.

Em virtude disso é importante mencionar um dos primeiros estudos empíricos realizados no campo da avaliação educacional feito sob a forma de *survey*, conduzido por James S. Coleman. O relatório intitulado *Equality of Educational Opportunity* foi uma pesquisa realizada

nos Estados Unidos na década de 1960, e ficou conhecida como “Relatório Coleman” (COLEMAN, 2008)

O Relatório Coleman (2008) avaliou milhares de alunos, professores, além das instalações das escolas. Nesta investigação foram aplicados testes padronizados de desempenho escolar para avaliar a aquisição dos conhecimentos escolares adquiridos pelos estudantes da 1ª, 3ª e 6ª séries (ensino fundamental) e 9ª e 12 (ensino médio) na educação básica. Essa investigação teve como objetivo determinar o grau de segregação dos grupos raciais e culturais nas escolas públicas, avaliar a infraestrutura dos recursos disponíveis nas escolas frequentadas pelos estudantes; avaliar o desempenho escolar por meio de testes padronizados de rendimento de leitura e matemática, e também de testes de habilidades verbais e não verbais (COLEMAN, 2008; MAD AUS; AIRASIAN; KELLAGHAN, 2008).

Os resultados apresentados no relatório demonstram que os estudantes não brancos (negros, índios, porto-riquenhos, mexicanos) obtiveram um desempenho escolar inferior aos estudantes brancos e orientais. Este fato demonstra que as escolas, sozinhas, não diminuem as diferenças do desempenho escolar verificadas entre os estudantes não brancos e brancos, visto que a instalação e o currículo das escolas afetam pouco o desempenho escolar do aluno.

Portanto, os resultados podem ser explicados pelo efeito dos fatores socioeconômicos das famílias sobre o desempenho escolar. Além disso, constata-se que a média de desempenho do aluno branco é menos afetada pela condição da escola, currículo e dos professores, do que a média dos alunos não brancos.

A principal conclusão de Coleman (2008) é que o desempenho escolar sofre o efeito positivo dos fatores socioeconômicos das famílias, contribuindo para que os alunos mais pobres e não brancos tenham um desempenho escolar inferior aos alunos brancos e orientais. Este aspecto acaba contribuindo para o aumento e perpetuação da desigualdade educacional, visto que a escola não consegue dirimir os efeitos de origem socioeconômica da família.

Madaus, Airasian e Kellaghan (2008) destacam que o Relatório Coleman (2008) foi de crucial importância para as pesquisas do campo da avaliação educacional, haja vista sua influência nas pesquisas posteriores que buscavam avaliar o efeito de diversas variáveis sociais, culturais, educacionais e familiares sobre o desempenho escolar.

Ademais, trouxe como inovação a possibilidade de estabelecer relações entre o desempenho escolar dos estudantes, verificado pelas avaliações em larga escala, com as variáveis associadas às instalações das escolas, aos grupos étnicos e às condições socioeconômicas para que, desta forma, pudesse avaliar o efeito dessas variáveis sobre o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas.

No Brasil, uma das primeiras pesquisas empíricas realizadas foi a de Soares, Cesar e Manbrini (2001), a qual analisou os dados de provas de matemática da 8ª série do ensino fundamental do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 1997, a partir da análise de regressão multinível. A pesquisa teve como objetivo encontrar os fatores explicativos do desempenho dos alunos brasileiros da 8ª série do Saeb de 1997 na prova de matemática. Tais fatores foram identificados por meio da obtenção de dados relacionados a características do aluno, da escola, do professor e do diretor, que estão intimamente associados ao desempenho escolar.

Em conclusão, os autores da pesquisa em comento destacam que os alunos com melhor condição socioeconômica, trajetória escolar regular (sem reprovações e sem abandono da escola), do sexo masculino e das escolas particulares são os que apresentam melhor desempenho escolar.

Barbosa e Fernandes (2001) também analisaram, em outra pesquisa, os resultados de provas de matemática aplicados na 4ª série do ensino fundamental, a partir dos dados do Saeb de 1997, na região sudeste. A pesquisa investigou o efeito das variáveis relacionadas ao aluno, professores e infraestrutura e equipamentos escolares sobre o desempenho escolar.

Os autores utilizaram a análise de regressão multinível para identificar o efeito das variáveis independentes sobre o desempenho escolar verificado pelo Saeb. Constatou-se que as variáveis independentes relacionadas ao aluno (escolaridade do pai), a escola (particular, infraestrutura e equipamento) e aos professores (didática, expectativa de aprovação, escolaridade do professor e curso de capacitação) mostrou um efeito positivo, entretanto, as variáveis relacionadas à defasagem idade-série e sobre conversar em casa sobre o que se passa na escola, apresentou efeito negativo.

Albernaz, Ferreira e Franco (2002) analisaram os dados de provas de Ciências, Geografia, História, Português e matemática da 8ª série do ensino fundamental do Saeb 1999, utilizando análise de regressão multinível. A pesquisa teve como objetivo investigar a contribuição das variáveis escolares e de professores sobre o desempenho escolar.

Os autores relataram que o nível socioeconômico médio dos alunos e das escolas se correlaciona positivamente com a aprendizagem escolar. Na pesquisa, a repetência se encontra associada aos piores resultados de desempenho acadêmico, independentemente do tipo de escola (pública ou particular) que o aluno frequenta.

Ademais, as variáveis escolares referentes às condições de infraestrutura física (sala de aula arejada, ruído nas salas) e a insuficiência de recursos financeiros apresentou uma

correlação positiva com a aprendizagem escolar. Mas também constaram que a experiência do professor e sua escolaridade se mostram mais eficaz para a efetiva aprendizagem dos alunos.

Em relação aos dois modelos finais propostos na pesquisa, as principais conclusões dos autores apontaram que a categoria referente às características individuais e familiares dos estudantes é de central importância, não apenas no que diz respeito ao nível socioeconômico da família, como determinante do desempenho do aluno, mas também, do nível socioeconômico médio dos alunos da escola que ele frequenta, ou seja, quanto mais alto este último, melhor será o desempenho médio dos alunos na escola. Em relação à categoria variável escolar, a pesquisa enfatizou a significância estatística dos seus efeitos sobre o desempenho dos alunos.

A partir das pesquisas empíricas apresentadas anteriormente, nota-se que é possível identificar variáveis que podem ser utilizadas para a construção de modelos explicativos fundamentados em dados e evidências estatísticas. Além disso, possibilita a utilização das variáveis para a construção de indicadores educacionais que podem monitorar/contribuir com o aperfeiçoamento dos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar.

Diante de tais considerações, este artigo tem como objetivo avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas que versam sobre os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar. Esta análise permite verificar, a partir de evidências provenientes de publicações científicas, as principais implicações, problemas e limites dos sistemas estaduais de avaliação em larga escala dos estados brasileiros.

2 METODOLOGIA

Com o propósito de alcançar o objetivo formulado nesta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa. Como método de investigação foi empregado a revisão da literatura (CRESWELL, 2010). Esta estratégia de investigação permitiu identificar as principais publicações científicas acerca dos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar dos estados brasileiros. As etapas da revisão da literatura estão descritas a seguir.

A etapa 1 consistiu na formulação do objetivo da pesquisa: avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas que versam sobre os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar.

Na etapa 2 realizou-se uma busca por pesquisas empíricas que analisaram as principais implicações, problemas e limitações dos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar dos estados brasileiros. Foram utilizados os artigos disponíveis na íntegra e publicados em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, mediante busca pelas seguintes palavras-chave:

programa de avaliação da educação básica, sistema de avaliação da educação básica, sistema de avaliação educacional, sistema de avaliação da educação e sistema de avaliação do rendimento escolar.

Os artigos foram selecionados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>) e na Scientific Electronic Library Online – SciELO (<https://www.scielo.br/>). Foram inclusos os artigos publicados no período entre 1996 a 2022. A investigação teve como ponto de partida a LDB/1996 (BRASIL, 1996), por se tratar de um marco legal que rege o processo nacional de avaliação do rendimento escolar na educação básica. O levantamento bibliográfico foi realizado entre outubro e dezembro de 2022.

Após a identificação dos artigos nas bases de dados e da posterior análise, as evidências foram organizadas em 7 categorias: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), Sistema de Avaliação da Educação do Rio de Janeiro (SAERJ) e a sétima categoria, constituída pelo Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE), Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO), Sistema de Avaliação da Educação do Estado de Tocantins (SAETO), Programa Soma – Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (SOMA) e, Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS).

Na etapa 3 as amostras foram selecionadas, aplicando-se como critério de inclusão e exclusão a obrigatoriedade de os artigos possuírem dados empíricos oriundos do Saeb e/ou dos sistemas estaduais de avaliação em larga escala. Além disso, os artigos deveriam estar classificados no Qualis-Periódicos da CAPES no quadriênio 2013 – 2016 (BRASIL, 2022). Foi utilizada uma amostra por conveniência, em que todos os estudos identificados foram avaliados quanto à possibilidade de ser selecionado ou não.

A etapa 4 foi destinada à extração e tabulação dos dados. Nesta, os artigos foram selecionados, inicialmente, a partir da leitura do resumo e, posteriormente, realizou-se a leitura na íntegra para avaliar a qualidade do estudo e seu alinhamento com o objetivo do levantamento da literatura.

A etapa 5 consistiu na avaliação da qualidade metodológica dos artigos, adotando-se para a análise a classificação feita pelo Qualis-Periódicos CAPES no quadriênio 2013 – 2016, a qual afere a qualidade dos artigos a partir da análise dos periódicos científicos. A classificação

é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação seguindo critérios previamente definidos pela área de aprovados pelos comitês, que procuram refletir a importância dos diferentes periódicos para uma determinada área. Nas classificações de 2013-2016, os artigos receberam classificações em estratos indicativos de qualidade A1, mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - peso zero (BRASIL, 2022).

Na etapa 6 foi realizada a síntese dos dados, cujos artigos foram fichados, analisados e tabulados para organização dos resultados. Posteriormente, na etapa 7, com as informações coletadas, procedeu-se a análise a partir da avaliação das qualidades das evidências. Com base nas pesquisas empíricas encontradas, procurou-se identificar os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar, mas também analisar as principais implicações, problemas e limitações. Por fim, a etapa 8, correspondeu à discussão dos resultados e conclusões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Análise das pesquisas empíricas

A partir do exame das pesquisas empíricas foi possível a identificação de 25 sistemas de avaliação de rendimento escolar dos estados, o que corresponde à amostra descrita no quadro 1.

Quadro 1 - Sistemas de avaliação dos estados, 1996 – 2022

Estados	Nome/ Sigla	Ano de criação
Rondônia	Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO)	2012
Acre	Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE)	2009
Amazonas	Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas o (SADEAM)	2008
Roraima	Não possui	Não possui
Pará	Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SISPAE)	2014
Amapá	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá(SISPAEAP)	2019
Tocantins	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins (SAETO)	2011
Maranhão	Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão(SEAMA)	2019
Piauí	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI)	2011
Ceará	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)	1992
Rio Grande do Norte	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional da Rede Estadual de Ensino (SIMAIS)	2016
Paraíba	Programa SOMA – Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (SOMA)	2016

SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Pernambuco	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE)	2000
Alagoas	Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL)	2001
Sergipe	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe (SAESE)	2021
Bahia	Sistema Baiano de Educação (SABE)	2007
Minas Gerais	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE)	2000
Espírito Santo	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES)	2000
Rio de Janeiro	Sistema de Avaliação da Educação do Rio de Janeiro (SAERJ)	2008
São Paulo	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)	1996
Paraná	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP)	2012
Santa Catarina	Não possui	Não possui
Rio Grande do Sul	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)	2007
Mato Grosso do Sul	Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul (SAEMS)	2003
Mato Grosso	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Mato Grosso (AVALIAMT)	2016
Goiás	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO)	2011
Distrito Federal	Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF)	2007

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Dos 25 sistemas de rendimento escolar identificados, verifica-se que 19 (76%), representados pelo SEAPE, SADEAM, SISPAEP, SEAMA, SAEPI, SPAECE, SIMAIS, SOMA, SAEPE, SAVEAL, SAESE, SABE, SIMAVE, PAEBES, SAERJ, SAEP, SAERS, SAEMS e SAEGO são organizados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd²; e 6 (24%), constituídos pelo SAERO, SISPAE, SAETO, SARESP, AVALIAMT e SIPAEDF, foram implantados pelas secretarias de educação dos estados.

Portanto, tais resultados apontam para a necessidade de pesquisas futuras para investigar como os estados adotaram a matriz de referência e os desenhos utilizados nas avaliações produzidas; bem como, analisar as causas que levaram as secretarias estaduais de educação a não desenvolverem a competência técnica e científica para implantar seus próprios

² O CAEd é um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora, destinado ao desenvolvimento de tecnologias e instrumentos de avaliação e gestão da educação pública, de programas de capacitação e desenvolvimento profissional e de execução de projetos e serviços relacionados à avaliação educacional em larga escala (CAEd/UFJF, 2022).

instrumentos de avaliação e gestão dos programas de avaliação em larga escala, conforme prevê a legislação vigente.

O levantamento bibliográfico realizado no Portal de Periódicos da CAPES e do *SciELO* resultou em 2.149 artigos. Destes, 30 estavam de acordo com os critérios de inclusão da pesquisa, o que corresponde à amostra examinada.

Dos artigos encontrados, 63,7% possuem Qualis³ A, sendo 43,9%, A1 e 19,8%, A2. Além disso, 36,3% dos artigos possuem Qualis B, sendo 9,9%, 19,8%, 3,3% e 3,3%, respectivamente B1, B2, B3, B4. Logo, os resultados do levantamento bibliográfico demonstram que os critérios de seleção adotados possibilitaram identificar as pesquisas mais relevantes publicadas na base bibliográfica do Portal de Periódico da CAPES e do *SciELO*.

Após a organização dos artigos pelo Qualis-Periódicos, os estudos foram distribuídos de acordo com os autores, sistema estadual de avaliação e abordagem metodológica. Conforme o quadro 2, constatou-se que as publicações selecionadas foram publicadas entre 2003 e 2022, apesar da busca considerar estudos entre 1996 e 2022. Das 30 pesquisas analisadas, verifica-se que 27,4% eram referentes ao SPEACE, 19,8% ao SIMAVE, 13,2% ao SARESP, 9,9% ao PAEBS, 6,6% ao SADEAM e SAERJ, 3,3% ao SAERO, SISPAE, SOMA e SAERS. No levantamento da literatura não foram encontradas pesquisas empíricas referentes aos SEAPE, SISPAEP, SEAMA, SAEPI, SIMAIS, SAEPE, SAVEAL, SAESE, SABE, SAEP, SAEMS, AVALIAMT, SAEGO e o SISPAEDF que se enquadrasse aos critérios estabelecidos ou porque não foram produzidas.

Quadro 2 - Autores, sistemas estaduais de avaliação e abordagem metodológica das pesquisas empíricas (n =30)

Autores	Sistemas	Abordagem metodológica
Barbosa e Mascarenhas (2014)	SAERO	Qualitativa
Leite et al. (2017)	SADEAM	Quantitativa
Silva, Sampaio e Cunha (2020)	SADEAM	Quantitativa-Qualitativa
Queiroz, Vale e Santos (2018)	SISPAE	Qualitativa
Sobrinho e Scarpin (2017)	SAETO	Qualitativa
Marques, Aguiar e Campos (2009)	SPAECE	Quantitativa
Ciasca e Santos (2012)	SPAECE	Quantitativa
Lima (2012)	SPAECE	Qualitativa
Calderón, Raquel e Cabral (2015)	SPAECE	Qualitativa
Gramani (2017)	SPAECE	Quantitativa
Soares e Werle (2016)	SPAECE	Qualitativa
Silva et al (2021)	SPAECE	Quantitativa
Muniz et al (2022)	SPAECE	Quantitativa

³ Classificação de periódicos no quadriênio 2013 – 2016 (BRASIL, 2022).

SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Alves e Araújo (2018)	SOMA	Quantitativa
Soares (2003)	SIMAVE	Quantitativa
Soares e Mendonça (2003)	SIMAVE	Quantitativa
Soares e Andrade (2006)	SIMAVE	Quantitativa
Alves e Soares (2007)	SIMAVE	Quantitativa - Qualitativa
Silva e Matos (2014)	SIMAVE	Quantitativa
Pontes e Soares (2017)	SIMAVE	Quantitativa
Rocha e Martins (2014)	PAEBES	Qualitativa
Lima et al (2019)	PAEBES	Quantitativa
Guedes e Beiruth (2021)	PAEBES	Quantitativa
Souza (2005)	SAERJ	Quantitativa
Bartholo e Costa (2016)	SAERJ	Quantitativa
Ceneiva e Farah (2012)	SARESP	Qualitativa
Bassetto (2019)	SARESP	Quantitativa
Bassetto (2021)	SARESP	Quantitativa
Tavares e Holanda (2021)	SARESP	Quantitativa
Koetz e Werle (2012)	SAERS	Qualitativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com relação às estratégias de investigação utilizadas nas pesquisas empíricas (n=30), constata-se que 64,6% dos estudos examinados utilizaram a abordagem quantitativa; enquanto 25,8% utilizou pesquisa qualitativa e 9,6% empregou quantitativa – qualitativo.

3.2 Análise das principais implicações, problemas e limitações identificadas nas pesquisas empíricas

A análise sobre as principais implicações acerca dos sistemas estaduais de avaliação foi organizada a partir dos dados e discussões dos resultados das pesquisas empíricas (Quadro 2), cujas informações viabilizaram a criação do Quadro 3.

Quadro 3 - Principais implicações apontadas pelas pesquisas empíricas relacionadas aos sistemas estaduais de avaliação

Categoria n (%)	Principais implicações
SPAECE 8 (27,4%)	Os sistemas estaduais são avaliados por um conjunto de regras nas quais as escolas são responsabilizadas por seus resultados, sendo estabelecidas metas (<i>accountability</i>). Isso porque, as avaliações em larga escala permitem que os estados adotem programas de <i>accountability</i> com base no rendimento escolar dos estudantes e no rendimento das escolas. Assim é possível estabelecer metas e responsabilidades. As escolas com melhores índices conseguiram esse sucesso por colocarem como foco o trabalho pedagógico. Mas, ainda, aponta que os bons resultados são consequência do acompanhamento contínuo e permanente do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Os resultados apresentados nos artigos destacam o efeito positivo da presença nas unidades escolares de bibliotecas, de laboratórios de informática, de quadra de esportes e de salas para atendimento especial no rendimento escolar dos estudantes.

SIMAVE 6 (19,8%)	As pesquisas identificaram o impacto dos fatores extraescolares (valores sociais, políticas públicas, recursos, gestão dos sistemas, família, comunidade e condições econômicas, entre outros) e intraescolares (gestão escolar, professores, projeto pedagógico, atividades didáticas, recursos pedagógicos, clima disciplinar, situação das instalações e equipamentos, serviços oferecidos pela escola, entre outros) no rendimento escolar dos estudantes. Além disso, observou-se que as variáveis associadas ao nível socioeconômico defasagem idade-série, indisciplina e a abandono escolar apresentam impacto negativo sobre a proficiência individual do aluno; enquanto a escolaridade da mãe possui impacto positivo.
SARESP 4 (13,2%)	Publicações que examinaram as correlações e/ou relações entre fatores extraescolares (valores sociais, políticas públicas, recursos, gestão dos sistemas, família, comunidade e condições econômicas, entre outros) e intraescolares (gestão escolar, professores, projeto pedagógico, atividades didáticas, recursos pedagógicos, clima disciplinar, situação das instalações e equipamentos, serviços oferecidos pela escola, entre outros) e o rendimento escolar dos estudantes. A apresentação e a análise do rendimento escolar do estado passa pela transparência, visibilidade e fidedignidade dos resultados das avaliações em larga escala, e também por controle e incorporação de regras e procedimentos de fiscalização democrática das políticas públicas educacionais.
PAEBES 3 (9,9%)	Publicações com enfoque no exame dos fatores que fazem com que uma escola seja eficaz. Isso significa estimar quais são as características das escolas que levam os alunos a obter melhores resultados médios, após o controle das características socioeconômicas, produzindo reflexo positivo no progresso acadêmico e no rendimento escolar. Verifica-se o impacto positivo do programa Bonificação por Desempenho (BD), que tem como parte de seu objetivo incentivar a busca de melhorias progressivas do desempenho dos estudantes e da gestão de unidades escolares e administrativas na melhoria do desempenho dos alunos do ensino médio de escolas de tempo integral do Espírito Santo. O programa de BD contribui para diminuição na rotatividade e no absenteísmo do professor, induzindo, portanto, a resultados satisfatórios nas notas dos alunos, visto que existe um incentivo financeiro extra para reduzir o absenteísmo do professor.
SADEAM 2 (6,6%)	As políticas públicas educacionais implementadas com base nas avaliações em larga escala demonstram ter influência no cotidiano escolar e no rendimento escolar dos estudantes. Como principais fatores que impactam os sistemas educacionais, merecem destaque: a eficiência das despesas relacionadas a educação básica dos municípios e estados; avaliação dos sistemas municipais e estaduais de educação e do rendimento escolar dos estudantes; processo de institucionalização dos sistemas estaduais de avaliação; impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); análise das políticas de avaliação educacional e dos programas de formação dos professores alfabetizadores implementados pelos estados; reflexão sobre as implicações das avaliações em larga escala na rede estadual e municipal de ensino.
SAERJ 2 (6,6%)	As pesquisas apontam que existem escolas que por suas práticas pedagógicas conseguem levar alunos de origem social e cultural desfavorecida a resultados escolares satisfatórios.

<p>SISPAE SAERO SAETO SOMA SAERS 5 (16,5%)</p>	<p>Os resultados do SISPAE refletem a desigualdade social, econômica e educacional do estado.</p> <p>A análise dos resultados associados ao SAERO propicia aferir os aspectos cognitivos relacionados à aprendizagem em língua portuguesa (com foco em leitura) e em matemática (com foco na resolução de problemas), de maneira que permite estimar o desempenho dos aspectos cognitivos dos alunos, por série, estados, regiões administrativas e por disciplina avaliada.</p> <p>Os resultados do SAETO demonstram que não há grandes evoluções na aprendizagem dos alunos na disciplina de língua portuguesa. Isso indica a necessidade de uma formação continuada dos professores, de modo a que permita a melhoria das práticas pedagógicas e aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem.</p> <p>A análise dos resultados do SOMA apontam que o crescimento do gasto público municipal não está associado a melhorias no desempenho educacional, sugerindo desperdício (ou ineficiência) na aplicação de recursos. Isso sugere que os municípios precisam ser mais eficientes na aplicação dos recursos financeiros.</p> <p>Verifica-se que operacionalização do SAERS foi sendo alterada a cada mudança de governo, novas concepções e práticas políticas de avaliação educacional foram empregadas, produzindo como consequência o afastamento progressivo do eixo da gestão democrática e uma preferência por procedimentos técnicos e metodologias inspiradas nas políticas praticadas pelo governo federal em termos de avaliação dos sistemas de ensino.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Observa-se que a categoria SPEACE está representada por 8 (27,4%) publicações, 5 foram de abordagem quantitativa e utilizaram o método estatístico; e 3 foram qualitativas, utilizando-se as seguintes estratégia de investigação: estudo de caso, entrevista, pesquisa bibliográfica e análise de documentos. Estas publicações avaliaram o sistema estadual de avaliação do estado do Ceará com o objetivo de fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da educação básica da rede pública de ensino.

A segunda categoria, SIMAVE, representada por 6 (19,8%) publicações, é formada por artigos que avaliaram o sistema estadual de avaliação de Minas Gerais, com o objetivo de diagnosticar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento, níveis e etapas de escolaridade. Das publicações, observou-se que 4 foram de abordagem quantitativa e utilizou a análise estatística, 1 foi quantitativa-qualitativa, utilizando um desenho longitudinal para coletar dados quantitativos e realizou entrevistas com profissionais das escolas (professores, diretores, supervisores ou coordenadores) e familiares dos alunos selecionados a partir dos resultados dos testes. O objetivo das entrevistas foi compreender os processos escolares e os fatores familiares mais diretamente relacionados ao desempenho dos alunos.

Com relação ao SARESP, terceira categoria, representada por 4 (13,2%) publicações constituídas por artigos que analisaram o desempenho dos alunos dos ensinos fundamental e

médio da rede estadual e dar subsídios para a Secretaria da Educação tomar decisões relacionadas à política educacional do Estado de São Paulo. Esta categoria. Dessas, verifica-se que 3 foram de abordagem quantitativa e utilizou a análise estatística, e 1 foi qualitativa de caráter exploratório.

A quarta categoria, PAEBS, responde por 3 (9,9%) artigos publicados, destes, 2 foram de abordagem quantitativa, baseado em análise estatística, e 1 de abordagem qualitativa de caráter exploratório. Estas publicações avaliaram a qualidade da educação básica da rede pública estadual do Espírito Santo e, por adesão, da rede municipal e privada.

O SADEAM, quinta categoria objeto de análise, aparece representada por 2 (6,6%) artigos, 1 de abordagem quantitativa com análise estatística, e outro caracterizado por um estudo de caso, com base em uma abordagem quantitativa-qualitativa. Estes estudos visaram aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública estadual de ensino do Amazonas.

A sexta categoria, SAERJ, responde por 2 (6,6%) artigos publicados, ambos de abordagem quantitativa, baseado em análise estatística. Estas publicações analisaram informações relacionadas ao desempenho escolar do sistema de ensino do Rio de Janeiro.

Por fim, a última categoria constituída por 5 sistemas estaduais de avaliação: SAERO, SISPAE, SAETO, SOMA e SAERS, respondendo por 5 (16,5%) publicações, sendo 1 para cada estado, sendo que 3 foram pesquisas bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, e 2 de abordagem quantitativa baseadas em análise estatística. Estas publicações avaliaram os sistemas de Rondônia, Pará, Tocantins, Paraíba e Rio Grande do Sul.

Em suma, as pesquisas empíricas apontam como principais implicações dos sistemas estaduais de avaliação:

- 1 No que concerne a *accountability* educacional, verifica-se que as publicações tratam das regras nas quais as escolas são responsabilizadas por seus resultados, sendo estabelecidas metas. Isso porque as avaliações em larga escala (Saeb e as avaliações estaduais) e o IDEB permitiram que os estados adotassem programas de *accountability* com base no rendimento escolar dos estudantes e no rendimento das escolas. Assim, foi possível estabelecer metas e consequências, como por exemplo, bônus para escolas e docentes que atingirem os resultados esperados.
- 2 No que tange às políticas educacionais, observa-se que as pesquisas examinam o impacto dos fatores que afetam a eficiência das despesas relacionadas à educação básica dos municípios e estados; do processo de institucionalização FUNDEB; da análise das políticas de avaliação educacional e dos programas de formação dos professores alfabetizadores

implementados pelos estados e dos reflexos das avaliações em larga escala na rede estadual e municipal de ensino sobre o rendimento acadêmico dos estudantes.

- 3 No tocante às variáveis explicativas que impactam o rendimento acadêmicos dos estudantes, constata-se que os estudos examinaram os fatores extra escolares (valores sociais, políticas públicas, recursos, gestão dos sistemas, família, comunidade e condições econômicas, entre outros) e intraescolares (gestão escolar, professores, projeto pedagógico, atividades didáticas, recursos pedagógicos, clima disciplinar, situação das instalações e equipamentos, serviços oferecidos pela escola, entre outros).
- 4 Quanto à eficácia escolar, verifica-se que estas publicações tinham como enfoque o exame dos fatores que fazem com que uma escola seja eficaz, o que significa estimar quais são as características das escolas que levam os alunos a obterem melhores resultados médios, após o controle das características sociodemográficas, produzindo reflexos positivo no progresso acadêmico e no rendimento escolar.
- 5 O uso da avaliação em larga escala para o diagnóstico da educação básica, e como instrumento indutor da melhoria da educação, sobretudo, com a utilização dos resultados das avaliações atrelados a políticas de incentivo e premiação, com o propósito de motivar os agentes envolvidos no processo educacional ganha força por ser uma prioridade política dos gestores, fazendo-se refletir nas diversas outras políticas educacionais em curso.
- 6 O monitoramento dos sistemas de avaliação pode contribuir para uma maior transparência da gestão pública e para a responsabilização dos agentes públicos pelos resultados das políticas e programas governamentais, e também com as formas de apresentação e de divulgação dos dados da avaliação.

Por fim, acrescenta-se que, em consequência da análise dos resultados das pesquisas empíricas foi possível identificar os principais problemas e limitações dos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar, os quais são descritos a seguir:

- 1 A carência nas secretarias estaduais de educação de um corpo técnico preparado para criar seus próprios instrumentos de avaliação e gestão dos programas de avaliação em larga escala; e produzir diagnósticos, medidas e prognósticos capazes de melhorar o rendimento acadêmico dos estudantes e subsidiar a formulação de políticas educacionais.
- 2 A insuficiência de profissionais técnicos para melhorar o uso de dados produzidos pelas avaliações em larga escala cria dificuldades para elaborações de diagnósticos fundamentados nos dados coletados sobre os fatores extra e intraescolares que podem subsidiar o planejamento das políticas educacionais.

- 3 A escassez de pesquisas empíricas para avaliar o impacto dos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar na formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica.
- 4 A descontinuidade dos programas de avaliação em larga escala implementados pelos estados dificulta a produção de dados e informações que possam subsidiar os gestores e docente a reavaliarem suas práticas administrativas e pedagógicas, a fim de melhorar o rendimento escolar dos alunos da rede pública.
- 5 Restringir os resultados dos sistemas estaduais de avaliação em larga escala, de forma que o rendimento acadêmico dos estudantes e das escolas seja apresentado sem uma análise dos fatores educacionais, sociais, afetivos, econômicos, entre outros que se relacionam/afetam a proficiência apontada pelas avaliações estaduais.
- 6 A ênfase apresentada por diversos sistemas estaduais de avaliação em utilizar recursos públicos para financiar exames de larga escala, visando elevar quantitativamente o desempenho dos alunos é insuficiente para mudar a realidade da aprendizagem dos alunos, e transfere dinheiro público para a iniciativa privada cujos interesses nessa relação são desconhecidos. Ademais, tais recursos poderiam ser empregados para a melhoria da infraestrutura das escolas e formação de profissionais com competência técnica e científica para implantar seus próprios sistemas de avaliação e gestão dos programas de avaliação em larga escala.

Em última análise acrescenta-se que, os principais resultados encontrados nas pesquisas empíricas embasadas em dados, fatos e evidências da realidade escolar apontam para as principais tendências dos estudos associados aos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar. Ou seja, um sistema estadual de avaliação em larga escala independente proporciona o monitoramento do rendimento escolar de cada aluno, escola e rede de ensino; viabilizando diagnósticos, intervenções imediatas e efetivas para a correção das deficiências identificadas no processo educativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar as principais implicações identificadas nas pesquisas empíricas acerca dos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar. Foram encontrados 30 artigos que atendiam aos critérios de inclusão pré-estabelecidos. Destes, constatou-se que 27,4% das pesquisas eram referentes ao SPEACE, 19,8% ao SIMAVE, 13,2% ao SARESP, 9,9% ao PAEBS, 6,6% ao SADEAM e SAERJ, 3,3% ao SAERO, SISPAE,

SOMA e SAERS. Na revisão da literatura não foram encontradas pesquisas empíricas referentes aos sistemas SEAPE, SISPAEAP, SEAMA, SAEPI, SIMAIS, SAEPE SAVEAL, SAESE, SABE, SAEP, SAEMS, AVALIAMT, SAEGO e SISPAEDF.

Trata-se de um estudo de abrangência nacional que utilizou a revisão da literatura para analisar as implicações acerca dos sistemas estaduais de avaliação em larga escala, trazendo contribuições importantes para o aperfeiçoamento/aprimoramento das políticas e programas de avaliação em larga escala implementado pelos estados. Para tanto, foram utilizados rigorosos critérios de exclusão e inclusão de artigos, o que possibilitou selecionar as pesquisas que atendessem ao objetivo que se pretendeu alcançar nesta pesquisa. Ademais, buscou-se identificar os principais problemas e limitações apontados pelas pesquisas empíricas sobre as políticas e programas de avaliação implementado pelos estados.

Os estudos examinados fornecem subsídios para o planejamento, o monitoramento e o aperfeiçoamento de políticas educacionais e ações de enfrentamento aos problemas associados ao rendimento escolar dos estudantes e às escolas e rede de ensino dos estados, visto que, utilizaram como método de investigação: análise estatísticas, entrevistas, análise de documentos, pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários, estudos de caso, possibilitando utilizar estratégias de investigação mais adequadas para os problemas investigados.

Contudo, apesar das contribuições, não se pode deixar de mencionar as limitações da pesquisa. Dentre elas, tem-se apenas a utilização de dados secundários (resultados de pesquisas empíricas). Tais lacunas apontam para a necessidade de pesquisas futuras e estratégias de investigação que viabilizem avaliar se os objetivos propostos pelos sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar foram alcançados. Dessa forma, sugere-se que é preciso desenvolver novas estratégias de pesquisa que ofereçam múltiplos níveis de relações causais não lineares, que empreguem princípios metodológicos mais adequados ao problema investigado, à complexidade para obtenção dos dados, à dificuldade para definição dos procedimentos metodológicos e à mensuração dos resultados.

Tendo em vista os aspectos analisados, conclui-se que as pesquisas empíricas que versam sobre os sistemas estaduais de avaliação do rendimento escolar são insuficientes e dispersas. Além disso, não existem estudos sistemáticos para verificar se os objetivos desses sistemas e programas de avaliação foram alcançados, o que demonstra a necessidade da avaliação e do monitoramento das ações propostas, de modo que proporcione o seu aperfeiçoamento/aprimoramento com base em evidências.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Â.; FERREIRA, F. H. G.; FRANCO, C. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 453–476, dez. 2002.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 45, p. 25-59, jun. 2007.
- ALVES, P. J. H.; ARAÚJO, J. M. Um estudo sobre os resultados educacionais obtidos dos municípios da Paraíba nos anos de 2011, 2013 e 2015. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 1038-1057, jul. /set. 2018.
- BARBOSA, M. E. F.; FERNANDES, C. A escola brasileira faz diferença? Uma investigação da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série. In: FRANCO, C. (Org.) **Avaliação, ciclos e promoção da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 155–172.
- BARBOSA, E. F.; MASCARENHAS, S. A. N. A perspectiva do letramento no processo de avaliação em larga escala. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v.1, n.2, p. 121 – 136, 2014.
- BARTHOLO, T. L.; COSTA, M. Evidências do impacto da composição social das escolas no desempenho dos alunos na rede pública do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 498-521, jul./set. 2016.
- BASSETTO, C. F. Background familiar e desempenho escolar: uma abordagem com variáveis binárias a partir dos resultados do Saesp. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 36, 1–18, 2019.
- BASSETTO, C. F. Análise regional dos resultados do Saesp: uma abordagem com modelos hierárquicos. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 27, p. 1-16, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. Brasília: CAPES, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. MEC, 2018.
- COLEMAN, J. S. Desempenho nas escolas públicas. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 26-32.
- CALDERÓN, A. I.; RAQUEL, B. M. G.; CABRAL, E. S. O Prêmio Escola nota 10: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 517-540, abr./jun. 2015.

CENEIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n.4, p. 993-1016, jul./ago. 2012.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (CAEd/UFJF). 2022.

CIASCA, M. I. F.; SANTOS, F. D. G. A perspectiva do acompanhamento longitudinal da aprendizagem dos alunos do ensino médio através dos resultados do SPAECE. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 116–134, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GRAMANI, M. C. Análise dos determinantes de eficiência educacional do estado do Ceará. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 507-526, abr./jun. 2017.

GUEDES, H. G.; BEIRUTH, A. X. O impacto da bonificação aos docentes sobre o desempenho dos alunos das escolas de tempo integral: O caso do Espírito Santo. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v.19, n.25, p. 374-385, 2021.

KOETZ, C. M.; WERLE F. O. C. Trajetória do sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado do Rio Grande do Sul. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 677-700, out./dez. 2012.

LEITE, F. D. *et al.* avaliação do efeito do Fundeb sobre a proficiência em matemática dos alunos do ensino médio no estado do Amazonas. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v.19, n.39, p.19-35, 2017.

LIMA, A. C. Ciclo de avaliação da educação básica do Ceará: principais resultados. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 38–58, 2012.

LIMA, N. C. M. *et al.* Associação do índice de atitudes e práticas pedagógicas ao desempenho dos estudantes na avaliação em larga escala do estado do Espírito Santo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, p. 1-30, 2019.

MADAUS, G. F.; AIRASIAN, P. W.; KELLAGHAN, T. Estudos empíricos. In: BROOKE, Niegel; SOARES, José Francisco (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 74-89.

MARQUES, C. A.; AGUIAR, R. R.; CAMPOS, M. O. C. Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 275–291, 2009.

MUNIZ, R. F. *et al.* Emprego do Data Envelopment Analysis (DEA) para estimar a eficiência escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.30, n.114, p. 116-140, jan./mar. 2022.

PONTES, L. A. F.; SOARES, T. M. Volatilidade dos resultados de proficiência e seu impacto sobre as metas do IDEB nas escolas públicas de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-21, 2017.

QUEIROZ, L. M. G.; VALE, C.; SANTOS, T. F. A. M. A educação pública básica no Pará na ótica do sistema Paraense de Avaliação Educacional – SISPAE. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 28, n. 59, p. 566-582, dez. 2018.

ROCHA, G.; MARTINS, R. F. A apropriação de habilidades de leitura e escrita na alfabetização: estudo exploratório de dados de uma avaliação externa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 977-1000, out. /dez. 2014.

SILVA, C. F.; SAMPAIO, C. A. S.; CUNHA, T. F. P. Do julgamento professoral às avaliações externas, que fazemos com as crianças e jovens na escola? Um estudo de caso na cidade de Manaus-AM. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v.84, n.1, p.217-236, 2020.

SILVA, J. B. *et al.* Uma análise dos resultados dos diferentes tipos de escolas públicas no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia v. 37, n. 1, p. 158 - 182, jan./abr. 2021.

SILVA, L. C. S.; MATOS, D. A. S. As percepções dos estudantes mineiros sobre a incidência de comportamentos de indisciplina em sala de aula: um estudo baseado nos dados do SIMAVE/PROEB 2007. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19 n. 58, p. 713-729, jul. /set. 2014.

SOARES, J. F.; CESAR, C. C.; MANBRINI, J. Determinantes de desempenho dos alunos do ensino básico brasileiro: evidências do SAEB de 1997. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 121-143.

SOARES, E. A.; WERLE, F. O.C. Sistema de avaliação da Educação Básica do Ceará: a importância do foco na aprendizagem. **Revista Exitus**, Santarém, v. 6, n. 2, p. 159-179, 2016.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 107-126, jan./mar. 2006.

SOARES, T. M. Influência do professor e do ambiente em sala de aula sobre a proficiência alcançada pelos alunos avaliado no SIMAVE-2002. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 103-123, 2003.

SOARES, T. M.; MENDONÇA, M. C. M. Construção de um modelo de regressão hierárquico para os dados do SIMAVE-2000. **Pesquisa Operacional**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.421-441, 2003.

SOBRINHO, R. P.; SCARPIN, L. Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins (SAETO): análise dos descritores da prova de Língua Portuguesa. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v.4, n. 5, 2017.

SOUZA, A. M. Determinantes da aprendizagem em escolas municipais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 413-434, dez. 2005.

TAVARES, P.; HOLANDA, L. Absenteísmo docente em escolas públicas paulistas: dimensão e fatores associados. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.51, n.3, p.601-635, jul.-set. 2021.